A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO: CONHECIMENTOS, ATITUDES E DESAFIOS DOS PROFESSORES FRENTE À VIOLÊNCIA INFANTOJUVENIL

https://doi.org/10.63330/aurumpub.073-013

Sara Janai Corado Lopes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e Saúde (PPGBS), Universidade de Gurupi – UnirG.
E-mail:janaisinha@hotmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/3199193467116521

Thayna Eduarda Marcelino
Curso de Enfermagem, Bacharelado, Faculdade AFYA Porto Nacional.
E-mail: thainamarcelino13@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8138926668162394

Franderta Corado Lopes
Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e Saúde (PPGBS), Universidade de Gurupi – UnirG.
E-mail: franderta.lopes@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/6355210330921183

Sara Falcão de Sousa
Farmacêutica. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Biociências e Saúde (PPGBS), Universidade de Gurupi – UnirG.
E-mail: sarafalcao@unirg.edu.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1230477171892059

Leidiene Ferreira Santos
Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem da UFG (FEN/UFG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Tocantins (UFT).
E-mail: leidienesantos@mail.uft.edu.br.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8082542010566584

Northom Alvarenga de Oliveira
Graduando em Psicologia, Bacharelado, Faculdade AFYA Porto Nacional.
E-mail: northom09912@gmail.com.
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7091130756434536

Resumo

A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema social e de saúde pública, exigindo ações de identificação e enfrentamento no contexto escolar. Este estudo, de natureza teórica e fundamentado em revisão bibliográfica, tem como objetivo analisar os conhecimentos, as atitudes e os desafios

enfrentados pelos professores da Educação Básica na identificação e no enfrentamento da violência infantojuvenil, considerando a formação docente, os dispositivos legais e a articulação intersetorial. A metodologia consiste na discussão de produções científicas e documentos normativos relacionados à temática, com enfoque na atuação dos professores e na proteção integral. A análise evidencia que, embora os docentes ocupem posição estratégica no reconhecimento de possíveis situações de violência, persistem dificuldades na identificação de manifestações menos visíveis, como a violência psicológica e a negligência. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência de formação específica e continuada, a insegurança na comunicação de casos suspeitos, o desconhecimento das legislações protetivas e as fragilidades na articulação com a rede de proteção. Conclui-se que o fortalecimento das competências docentes, a implementação de protocolos institucionais e a formação continuada são fundamentais para qualificar a identificação e o encaminhamento de situações de violência, prevenir a revitimização e consolidar a escola como espaço de proteção integral e promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Educação Básica; Formação de professores; Proteção integral; Rede de proteção; Violência contra crianças e adolescentes.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema social e de saúde pública, com repercussões sobre o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social na infância e na juventude (World Health Organization, 2023). Entre suas distintas expressões estão o abuso físico, psicológico e sexual, bem como a negligência, formas que podem comprometer a saúde, a segurança e a dignidade da criança (Gün; Çopur; Balcı, 2022). No contexto brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a doutrina da proteção integral e atribui à família, à sociedade e ao Estado a corresponsabilidade pela garantia dos direitos infantojuvenis (Brasil, 1990).

Nesse cenário, a escola ocupa posição estratégica na prevenção, identificação e enfrentamento da violência. Professores mantêm contato cotidiano e prolongado com as crianças, o que os coloca em condição privilegiada para perceber mudanças comportamentais, sinais físicos, dificuldades de aprendizagem, isolamento e outras manifestações que podem indicar situações de abuso ou negligência (Gün; Çopur; Balcı, 2022). Contudo, a simples proximidade com o aluno não garante, por si só, uma atuação protetiva eficaz: é necessário que os docentes disponham de conhecimentos específicos, sensibilidade para reconhecer indícios, segurança para agir e clareza quanto aos fluxos de encaminhamento.

A literatura aponta que a formação continuada pode ampliar tanto o conhecimento docente quanto a disposição para comunicar casos suspeitos às autoridades competentes. Em estudo realizado na Turquia, Gün, Çopur e Balcı (2022) verificaram que, após capacitação sobre negligência e abuso infantil, o

percentual de professores que se consideravam aptos a identificar tais situações aumentou de 40,9% para 82,3%; igualmente, elevou-se a proporção dos que afirmaram que notificariam um caso às autoridades. Esses achados reforçam a importância de incorporar, de modo sistemático, conteúdos sobre violência infantil, aspectos legais e procedimentos de encaminhamento à formação inicial e continuada de professores.

No Brasil, investigações também apontam que professoras da Educação Infantil podem apresentar conhecimentos e atitudes favoráveis ao enfrentamento da violência intrafamiliar, mas que esses elementos são influenciados pela formação, pela experiência profissional e pelo contato prévio com situações de violência (Monti; Sigolo, 2023). Além disso, a forma como os professores respondem ao mau-trato infantil envolve dimensões cognitivas, emocionais e institucionais, incluindo o reconhecimento dos sinais, a avaliação da gravidade, o medo de expor a criança e a incerteza sobre os procedimentos de comunicação (Glouchkow; Weegar; Romano, 2023).

Diante disso, torna-se relevante investigar como professores da Educação Básica conhecem, percebem e intervêm diante de situações de violência contra crianças. Compreender essas dimensões pode subsidiar políticas de formação docente, protocolos escolares e ações intersetoriais capazes de fortalecer a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, direcionada à análise das evidências científicas sobre os conhecimentos, as atitudes e os desafios enfrentados por professores da Educação Básica na identificação e no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. A revisão tem como questão norteadora: *Quais conhecimentos, atitudes e dificuldades são descritos na literatura científica acerca da atuação dos professores da Educação Básica diante de situações de violência contra crianças e adolescentes, considerando a formação docente e a articulação com a rede de proteção?*

Para o levantamento bibliográfico, estabeleceu-se como recorte temporal o período de janeiro de 2021 a novembro de 2026, correspondente aos seis anos-calendário mais recentes. Foram definidas como fontes de busca as bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), por meio da PubMed, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), e PsycINFO, visando contemplar publicações nacionais e internacionais relacionadas às áreas da educação, saúde coletiva, psicologia e proteção infantojuvenil.

A estratégia de busca foi estruturada a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), dos termos Medical Subject Headings (MeSH) e de palavras-chave complementares, nos idiomas português,

inglês e espanhol. Foram considerados os termos “Maus-Tratos Infantis”, “Violência Doméstica”, “Professores”, “Educação Básica”, “Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde”, “Proteção da Criança”, “Child Abuse”, “Teachers”, “School Teachers”, “Child Protection”, “Mandatory Reporting”, “Teacher Training” e “Violencia Infantil”. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, com adaptações às particularidades de cada base, buscando identificar estudos relacionados ao reconhecimento da violência, às atitudes docentes, à formação profissional, à comunicação de suspeitas e aos fluxos de encaminhamento.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos científicos originais e de revisão publicados entre 2021 e 2026; estudos disponíveis na íntegra nos idiomas português, inglês ou espanhol; publicações que abordassem conhecimentos, percepções, atitudes, experiências ou práticas de professores diante da violência contra crianças e adolescentes; pesquisas sobre formação inicial ou continuada de profissionais da educação para identificação e enfrentamento de situações de violência; e estudos relacionados à atuação da escola na rede de proteção, à comunicação de casos suspeitos e às responsabilidades institucionais. Também foram considerados estudos realizados em diferentes países, desde que apresentassem contribuições pertinentes à compreensão do fenômeno e à discussão de suas implicações para o contexto educacional brasileiro.

Como critérios de exclusão, foram definidos: publicações duplicadas; artigos anteriores a 2021; estudos sem acesso ao texto completo; trabalhos que não apresentassem relação direta com a questão norteadora; pesquisas exclusivamente voltadas à violência entre adultos ou a contextos desvinculados da atuação educacional; além de editoriais, cartas ao editor, resumos de eventos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. Documentos oficiais, legislações e publicações institucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 13.431/2017, foram considerados fontes complementares para a contextualização normativa, independentemente do recorte temporal aplicado aos artigos científicos.

O processo de seleção foi organizado em três etapas: (1) identificação das publicações nas bases de dados, seguida da exclusão de registros duplicados e da análise dos títulos e resumos conforme os critérios de elegibilidade; (2) leitura integral dos estudos potencialmente relevantes, com extração de informações referentes aos autores, ano de publicação, país, objetivo, delineamento metodológico, população investigada e principais resultados; e (3) análise crítica e síntese narrativa das evidências, buscando identificar convergências, divergências, lacunas do conhecimento e implicações para a atuação dos professores da Educação Básica.

Para a organização e interpretação dos estudos, foram estabelecidos cinco eixos temáticos: conhecimentos docentes e identificação de sinais de violência; formação continuada e atitudes diante da comunicação de casos suspeitos; responsabilidade compartilhada e barreiras institucionais à intervenção; experiência profissional e sensibilidade diante das situações de violência; e legislação, encaminhamento e

articulação intersetorial da rede de proteção. A análise foi orientada pela interpretação crítica dos achados, considerando as especificidades metodológicas e contextuais das publicações, sem a realização de metanálise ou avaliação quantitativa da efetividade das intervenções.

Por se tratar de uma revisão narrativa fundamentada em publicações científicas e documentos de domínio público, sem envolvimento direto de participantes ou acesso a dados individuais identificáveis, não se prevê submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. O delineamento adotado busca proporcionar uma compreensão abrangente dos fatores que influenciam a atuação docente diante da violência infantojuvenil, contribuindo para a discussão de estratégias formativas, práticas institucionais e políticas intersetoriais voltadas ao fortalecimento da proteção integral de crianças e adolescentes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONCEITUAÇÃO E REPERCUSSÕES

A violência contra crianças e adolescentes deve ser compreendida como um fenômeno multicausal, que envolve dimensões individuais, familiares, comunitárias, culturais e institucionais. Ela abrange o abuso físico, psicológico e sexual, além da negligência. Produz efeitos que podem comprometer o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança (World Health Organization, 2023). No campo da violência intrafamiliar, tais práticas frequentemente ocorrem em contextos nos quais deveria prevalecer cuidado, proteção e vínculo afetivo, o que amplia sua gravidade e complexidade (Monti; Sigolo, 2023).

A violência intrafamiliar pode ser naturalizada por crenças culturais que associam punição física, controle e autoritarismo à educação infantil. Conforme Gondim e Bertoni (2025) parte das famílias ainda legitima práticas violentas como forma supostamente educativa, o que dificulta o reconhecimento social do problema e retarda a busca por ajuda. Essa naturalização também pode repercutir no ambiente escolar, especialmente quando profissionais não dispõem de formação suficiente para distinguir práticas educativas de situações de abuso ou negligência.

As consequências da exposição à violência na infância incluem prejuízos à saúde mental, dificuldades de aprendizagem, alterações comportamentais, isolamento social e maior vulnerabilidade a novas situações de violência ao longo da vida. Por isso, a identificação precoce é uma estratégia central de proteção, pois permite interromper ciclos de vitimização e acionar serviços especializados em tempo oportuno (Gün; Çopur; Balcı, 2022).

3.2 A ESCOLA E O PROFESSOR NA REDE DE PROTEÇÃO

A escola constitui um espaço privilegiado para a observação do desenvolvimento infantil, uma vez que professores convivem cotidianamente com as crianças e podem perceber alterações físicas, emocionais,

comportamentais e no desempenho escolar. Nesse sentido, o professor não deve ser compreendido apenas como agente pedagógico, mas também como profissional integrante da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente (Brasil, 1990; Gün; Çopur; Balcı, 2022).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a doutrina da proteção integral e define que família, sociedade e Estado são corresponsáveis pela garantia dos direitos infantojuvenis. A escola, portanto, possui dever legal e ético de identificar situações suspeitas de violência, acolher a criança e encaminhar os casos aos órgãos competentes, como Conselho Tutelar, serviços de saúde, assistência social e autoridades policiais, conforme a gravidade da situação (Brasil, 1990).

Políticas públicas reforçam esse papel. O Programa Escola que Protege, instituído em 2025, busca capacitar gestores e professores para reconhecer sinais de violência e negligência, criar protocolos de encaminhamento e integrar a escola à rede intersetorial de proteção (Brasil, 2025). Essa perspectiva certifica que a atuação docente deve ser apoiada por diretrizes institucionais, formação continuada e articulação com outros serviços, e não dependente exclusivamente da iniciativa individual do professor.

3.3 CONHECIMENTO DOCENTE E IDENTIFICAÇÃO DE SINAIS DE VIOLÊNCIA

O reconhecimento de situações de violência exige conhecimentos específicos sobre tipologias de abuso, indicadores físicos e comportamentais, fatores de risco e proteção, além dos procedimentos legais de notificação. Silva; Santos; Souza, (2024) apontam que muitos professores apresentam compreensão limitada sobre as diferentes formas de violência, sobretudo quando se trata de negligência, violência psicológica e violência sexual, cujos sinais tendem a ser menos visíveis do que os do abuso físico.

Em um estudo sobre a percepção de profissionais da educação quanto à violência intrafamiliar, Silva, Santos e Souza (2024) evidenciaram que os professores reconhecem com maior facilidade a violência física e psicológica, mas ainda se sentem inseguros para lidar com os casos e encaminhá-los adequadamente. Esse resultado sugere que o problema não se resume à ausência de percepção, mas envolve lacunas formativas, insegurança profissional e dificuldade de operacionalizar os fluxos de proteção.

Dorney, Elliott e Busch (2026) identificaram que educadores da primeira infância frequentemente apresentam uma compreensão insuficiente sobre a violência intrafamiliar e seus impactos no desenvolvimento infantil. O estudo revelou que grande parte desses profissionais se sentia despreparada para identificar, responder e apoiar crianças expostas à violência doméstica, atribuindo essa fragilidade à escassez de conteúdos sobre o tema tanto na formação inicial quanto na continuada. Essa realidade evidencia a urgência de incorporar a temática de modo sistemático aos currículos de formação docente.

3.4 FORMAÇÃO CONTINUADA, ATITUDES E DISPOSIÇÃO PARA NOTIFICAR

A formação continuada é um dos principais fatores associados ao fortalecimento da atuação docente diante da violência infantil. Gün, Çopur e Balcı (2022) verificaram que, após capacitação sobre negligência e abuso infantil, houve aumento expressivo no percentual de professores que se consideravam capazes de identificar situações de risco e dispostos a comunicá-las às autoridades competentes, comprovando que intervenções formativas ampliam o conhecimento, a conscientização e a autoconfiança dos professores.

Al-Hussein, Al-Balushi e Al-Adawi (2023) identificaram que a participação de professores em atividades de sensibilização sobre maus-tratos infantis associa-se positivamente à notificação de suspeitas de abuso físico e sexual. Isso reforça que a capacitação docente não deve se limitar à transmissão de conteúdos teóricos, exigindo a inclusão de estudos de caso, simulações e orientações práticas sobre documentação, escuta qualificada, sigilo e fluxos de encaminhamento intersetorial.

No contexto brasileiro, Monti e Sigolo (2023) observaram que professoras da Educação Infantil conseguiam identificar características e situações de violência intrafamiliar, mas apresentavam hesitação para realizar denúncias formais. As autoras relacionaram essa dificuldade a lacunas na formação, insegurança para agir, apoio a crenças de senso comum e desconfiança em relação aos órgãos da rede de apoio. Essa contradição subsidia o presente estudo ao explicitar o distanciamento crítico existente entre o reconhecimento teórico da violência e a efetivação da intervenção protetiva.

3.5 ATITUDES, RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA E BARREIRAS À INTERVENÇÃO

As atitudes dos professores diante da violência infantil envolvem crenças sobre o papel da escola, percepções de responsabilidade profissional, avaliação da gravidade dos casos e disposição para comunicar suspeitas. Glouchkow, Weegar e Romano (2023) destacam que as respostas docentes ao mau-trato infantil são influenciadas por fatores cognitivos, emocionais e institucionais, incluindo o reconhecimento dos sinais, o medo de expor a criança, a incerteza quanto às consequências da notificação e a falta de clareza sobre os procedimentos.

Barreiras como o receio de romper o vínculo com a família, a descrença na eficácia dos serviços de proteção, a sobrecarga de trabalho e a ausência de apoio da gestão escolar podem contribuir para a omissão ou subnotificação. Conforme os autores a falta de apoio institucional, escassez de formação continuada e confusão conceitual entre denúncia e notificação são fatores associados à subnotificação de casos de violência (Miura; Ferreira; Alves, 2025).

Esses elementos indicam que a responsabilidade pela proteção infantil é compartilhada, mas não pode ser transferida integralmente ao professor. É necessário que a escola ofereça condições institucionais para a atuação docente, tais como protocolos claros, supervisão, espaço para discussão de casos, articulação com a rede intersetorial e garantia de sigilo. A ausência desse amparo institucional culmina em sofrimento

ético-político, fragilidade laboral e desamparo profissional diante do manejo de demandas complexas (Glouchkow; Weegar; Romano, 2023).

3.6 EXPERIÊNCIA DOCENTE, CONTATO COM CASOS E SENSIBILIDADE PROFISSIONAL

A experiência profissional pode influenciar a forma como os professores percebem e respondem à violência contra crianças. Professores com maior tempo de docência ou com contato prévio com situações de violência podem desenvolver maior sensibilidade para identificar indícios, compreender o sofrimento infantil e reconhecer a importância do acolhimento emocional no ambiente escolar (Monti; Sigolo, 2023). A partir da perspectiva da Psicologia Social, esse panorama se entrelaça ao conceito de sofrimento ético-político formulado por Sawaia (2001). A autora explica que o sofrimento decorrente de vulnerabilidades sociais afeta não apenas quem o vivencia diretamente, mas gera uma sobrecarga afetiva e ética naqueles que testemunham a dor alheia sem dispor de recursos institucionais para intervir de forma resolutiva.

Entretanto, a experiência por si só não garante preparo adequado. Sem formação teórica e apoio institucional, o contato repetido com casos de violência pode gerar desgaste emocional, banalização do problema ou adoção de estratégias baseadas no senso comum. Por isso, é fundamental que a experiência prática seja articulada a processos reflexivos, supervisão pedagógica e formação continuada (Silva; Santos; Souza, 2024).

A escuta qualificada da criança, o acolhimento sem julgamento e a preservação de sua dignidade são princípios centrais para uma atuação ética. O professor deve evitar interrogatórios invasivos, promessas impossíveis de cumprir e exposição da criança, priorizando o registro objetivo dos indícios observados e o encaminhamento responsável aos profissionais e órgãos competentes (Brasil, 2025; Gün; Çopur; Balcı, 2022).

3.7 LEGISLAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E EFETIVIDADE DA REDE DE PROTEÇÃO

O arcabouço legal brasileiro estabelece que a suspeita ou confirmação de violência contra criança ou adolescente deve ser comunicada ao Conselho Tutelar e, conforme o caso, às autoridades competentes. Além do ECA, a Lei nº 13.431/2017 organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, com destaque para a escuta especializada, o depoimento especial e a proteção integrada (Brasil, 2017).

Apesar disso, persiste a distância entre a previsão legal e a prática escolar. Miura, Ferreira e Alves (2025) constataram que os professores conhecem parcialmente seus deveres, mas encontram dificuldades para distinguir denúncia de notificação, identificar o órgão adequado para encaminhamento e lidar com a burocracia institucional. Essa fragilidade compromete a efetividade da Rede de Proteção, prolongando o período de exposição das crianças a situações de risco.

Nesse sentido, o conhecimento sobre legislação protetiva deve ser considerado um componente essencial da formação docente. Quando o professor compreende seus deveres legais, os limites de sua atuação e os caminhos institucionais disponíveis, tende a sentir-se mais seguro para agir, registrar suspeitas e acionar a rede de proteção (Gün; Çopur; Balcı, 2022; Monti; Sigolo, 2023).

REFERÊNCIAS

AL-HUSSEIN, A.; AL-BALUSHI, M.; AL-ADAWI, S. Teachers and caregivers knowledge and attitude about child rights and child protection in Muscat, Oman. **Sultan Qaboos University Medical Journal**, 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Portaria Interministerial MEC/MJSP nº 1, de 21 de março de 2025**. Institui o Programa Escola que Protege – ProEP. Brasília, DF, 2025.

DORNEY, J.; ELLIOTT, A.; BUSCH, G. Early childhood educators' understanding of intrafamilial violence and the impact of exposure on the developing child. **Early Childhood Education Journal**, v. 54, p. 6485–6493, 2026.

GLOUCHKOW, M.; WEEGAR, K.; ROMANO, E. Teachers' responses to child maltreatment. **Journal of Child & Adolescent Trauma**, 2023. https://doi.org/10.1007/s40653-022-00473-2

GONDIM, G. S. M.; BERTONI, L. M. Reflexos da violência intrafamiliar na educação infantil. **Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica**, v. 2, 2025.

GÜN, İ.; ÇOPUR, A.; BALCI, E. Effect of training about child neglect and abuse to teachers and its effect to awareness. **BMC Public Health**, v. 22, art. 543, 2022. https://doi.org/10.1186/s12889-022-12904-8

LUCHETTI DOS SANTOS, Gabriela; STAFANY DIAS DE JORGE, Bianca; DE SOUZA SÁ, Jeferson; GROSSI-MILANI, Rute. Violência intrafamiliar sob a percepção dos profissionais da educação: revisão sistemática. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 18, n. 1, e540689, 2024. DOI: https://doi.org/10.14244/198271995406. Disponível em: https://reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/5406. Acesso em: 10 nov. 2026.

MIURA, P. O.; FERREIRA, M. T. B.; ALVES, A. L. R. C. As escolas frente à violência contra crianças e adolescentes: desafios e potencialidades no trabalho dos profissionais da educação em Maceió, Alagoas. **ARACÊ**, v. 7, n. 11, 2025.

MONTI, M. C. B.; SIGOLO, S. R. R. Estudo sobre violência intrafamiliar contra a criança: conhecimentos e atitudes de professores da educação infantil. **Educação**, 2023. https://doi.org/10.5902/1984644466384

SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 200

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence against children**. Geneva: WHO, 2023.